

**JUNTA DE FREGUESIA DE BALASAR**

**REGULAMENTO  
E  
TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS**

## PREÂMBULO

A Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, aprovou o Regime das Taxas das Autarquias Locais, estabelecendo no artigo 17.º:

*“As taxas para as autarquias locais actualmente existentes são revogadas no início do segundo ano financeiro subsequente à entrada em vigor da presente lei, salvo se, até esta data:*

- a) Os regulamentos vigentes forem conformes ao regime jurídico aqui disposto;*
- b) Os regulamentos vigentes forem alterados de acordo com o regime jurídico aqui previsto.”*

O documento a construir será um instrumento de grande valia para que as Freguesias, antes de mais, conformem a sua prática administrativa à legalidade e, nessa conformidade, encontrem uma fonte incontornável de receitas próprias, indispensáveis ao desenvolvimento da sua actividade.

A matéria da fixação do valor das taxas a aplicar deve ser bem ponderada e fundamentada.

Na noção de **custos totais** necessários para prestar determinados serviços, constante em diversas fórmulas da presente minuta de Regulamento, há que ter em atenção a alínea c) do artigo 8.º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro:

*“Fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;”*

Portanto, para efeitos de cálculo, poderão ser considerados os custos com pessoal, manutenção e limpeza, aquisição e desgaste de equipamento, investimentos, condições físicas do local onde o serviço é prestado, etc., desde que indispensáveis para a realização do serviço, pelo qual a taxa está a ser cobrada.

## **Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas da FREGUESIA DE BALASAR**

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e j) do nº 2 do artigo 17.º, conjugada com a alínea b) do nº 5 do artigo nº 34.º da Lei das Autarquias Locais (Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro), e tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro), é aprovado o Regulamento e tabela de taxas e de outras receitas em vigor na **FREGUESIA DE BALASAR**.

### **CAPITULO I** **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

O presente Regulamento e Tabelas de Taxas e outras receitas anexas têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as actividades da Junta de Freguesia no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

#### **Artigo 2.º**

##### **Sujeitos**

1 – O sujeito activo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação, é a Junta de Freguesia.

2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.

3 – Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

#### **Artigo 3.º**

##### **Isenções**

1 – Estão isentas do pagamento de taxas e demais receitas constantes das Tabelas anexas ao presente Regulamento, desde que disso façam prova adequada: quaisquer entidades públicas ou privadas a quem a lei expressamente confira tal isenção e nos termos em que a mesma deva ser concedida.

2 – O Pagamento das taxas poderá, ainda, ser reduzido até à isenção total, quando os requerentes sejam pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, instituições particulares de solidariedade social, associações religiosas, culturais, desportivas ou recreativas, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede na freguesia de Balasar e cujas actividades se destinem, directamente, à realização dos seus fins.

3 – As isenções referidas nos números anteriores não dispensam os interessados de requererem à Junta de Freguesia as necessárias licenças, quando exigidas, nos termos da lei ou dos regulamentos.

4 – A Assembleia de Freguesia pode, por proposta da Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas.



**CAPITULO II**  
**TAXAS**

**Artigo 4.º**  
**Taxas**

As taxas são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das Autarquias Locais.

**Artigo 5.º**  
**Princípio da Justa Repartição dos Encargos Públicos**

1 – A criação de taxas pelas Autarquias Locais respeita o princípio da prossecução do interesse público local e visa a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

2 – As autarquias locais podem criar taxas para financiamento de utilidades geradas pela realização de despesa pública local, quando desta resultem utilidades divisíveis que beneficiem um grupo certo e determinado de sujeitos, independentemente da sua vontade.

**Artigo 6.º**  
**Incidência**

A Junta de Freguesia cobra taxas pelos seguintes serviços prestados à população:

- a) Ocupação do domínio público;
- b) Utilização de locais reservados a mercados e feiras;
- c) Registo e licenciamento de caniços e gatiços;
- d) Cemitério;
- e) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa e outros, provas de vida, fornecimento de fotocópias, envio e recepção de faxes, certificação de fotocópias e outros documentos;
- f) Outros serviços prestados à comunidade.

**Artigo 7.º**  
**Ocupação do Domínio Público**

1 – As taxas pagas pela ocupação de via pública por parte dos particulares, têm como base o critério do benefício auferido pelo particular.

2 – Estas taxas variam em função do metro quadrado de área utilizada pelo particular e do período de utilização.

**Artigo 8.º**  
**Mercados e Feiras**

1 – As taxas a serem aplicadas pela ocupação de espaços em mercados e feiras, são definidas em função da área (m<sup>2</sup>), período de tempo e custos estimados associados.

2 - Para base de cálculo, considerou-se a seguinte fórmula:

$$\text{TOMF} = ((a \times \text{Cmensal}/at) + ct) \times t$$

**TOMF: Taxa Ocupação Mercados e Feiras**

**a:** área ocupada em metros quadrados;

**Cmensal:** custos totais directos mensais estimados (ex: água, electricidade, etc.) do espaço ocupado;

**at:** área total em metros quadrados;

**ct:** Custo total necessário estimado para a prestação do serviço administrativo (valor hora e tempo, que o funcionário administrativo tem, para preparação do processo e os custos administrativos necessários);

**t:** tempo de ocupação;

#### **Artigo 9.º**

##### **Registo e Licenciamento de Canídeos e Gatídeos**

1 – As definições das categorias dos canídeos e gatídeos, bem como as normas do processo de registo e licenciamento, são as estabelecidas na Portaria nº 421/2004 de 24 de Abril.

2 – De acordo com a referida portaria, as taxas de registo e licenças de canídeos e gatídeos, constante no Anexo, são indexadas à taxa N de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal.

3 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

**a) Registo:** 25% da taxa N de profilaxia médica;

**b) Licença para a Categoria A (Companhia):** 100% da Taxa N de profilaxia médica;

**c) Licença para a Categoria B (Fins económicos):** 100% da Taxa N de profilaxia médica;

**d) Licença para a Categoria E (Caça):** 175 % da Taxa N de profilaxia médica;

**e) Licença para a Categoria G (Potencialmente Perigosos):** 200% da Taxa N de profilaxia médica;

**f) Licença para a Categoria H (Perigosos):** 300% da Taxa N de profilaxia médica;

**g) Licença para Gatídeos:** 100 % da taxa N de profilaxia médica.

4 – Os cães classificados nas Categorias C, D e F estão isentos de qualquer taxa.

#### **Artigo 10.º**

##### **Cemitério**

1 – Todas as taxas enumeradas neste artigo fazem parte integrante no anexo a este Regulamento.

2 – A taxa paga pela **Concessão Terreno Sepultura perpétua** tem como base de cálculo a seguinte fórmula:

$$TCTS = a1 \text{ ou } a2 \times ct + i$$

##### **TCTS: Taxa Concessão Terreno Sepultura perpétua**

**a:** área do Terreno:

**a1)** Cemitério antigo ( 2,00 m x 1,00 m = 2,00 m2);

**a2)** Cemitério novo (2,50 m x 1,00 m = 2,50 m2);

**ct:** Custo total necessário estimado para a prestação do serviço (valor hora e tempo, que o funcionário administrativo tem, para preparação do processo e os custos administrativos necessários);

**i:** Critério de desincentivo à compra de terrenos (aprovado em reunião do executivo de 31 de Março de 2010).

3 - A fórmula de base para cálculo da taxa para **Concessão de Terreno para Jazigo Capela**, é a seguinte:

$$TCTJC = aj \times ct + i$$

##### **TCTJC: Taxa Concessão Terreno Jazigo Capela**

**aj** = área do jazigo capela;

**ct:** Custo total necessário estimado para a prestação do serviço (valor hora e tempo, que o funcionário administrativo tem, para preparação do processo e os custos administrativos necessários);

**i:** Critério de desincentivo à compra de terrenos (aprovado em reunião do executivo de 31 de Março de 2010).



4 – A taxa paga pela **construção de fundações para sepulturas** tem como base de cálculo a seguinte fórmula:

$$\text{TCFS} = (a1+a2)/2 \times ct \times tme \times vh$$

**TCFS: Taxa Construção de Fundações para sepulturas:**

**a:** área do Terreno:

**a1)** Cemitério antigo ( 2,00 m x 1,00 m = 2,00 m2);

**a2)** Cemitério novo (2,50 m x 1,00 m = 2,50 m2);

**ct:** Custo total necessário estimado para a prestação do serviço administrativo (valor hora e tempo, que o funcionário administrativo tem, para preparação do processo e os custos administrativos necessários);

**tme:** tempo médio de execução das fundações;

**vh:** valor hora do funcionário.

5 - A taxa a pagar pela construção de fundações para duas sepulturas é 215% da TCFS apurada no n.º 4, do presente artigo.

6 - A taxa paga pelas **Exumações/Trasladações**, tem como base de cálculo a seguinte fórmula:

$$\text{TET} = tme \times vh \times ct$$

**TET: Taxa para Exumação/Trasladação**

**tme:** tempo médio para execução de abertura, inumação e limpeza de ossadas;

**vh:** valor hora do funcionário;

**ct:** custo total necessário estimado para a prestação do serviço (inclui o tempo médio necessário para que, o funcionário administrativo, elabore toda a documentação necessária e ainda os custo administrativos necessários).

7 – As taxas pagas pelos averbamentos em alvarás, serão as correspondentes a 5,5% das previstas no n.º 1 do presente artigo para o cemitério novo.

8 – As taxas pagas pela emissão de segunda via de alvarás, serão as correspondentes a 7,5% das previstas no n.º 1 do presente artigo para o cemitério novo.

**Artigo 11.º**

**Serviços Administrativos**

1 – As taxas a cobrar pelos Serviços Administrativos constam no Anexo e referem-se aos documentos de interesse particular, nomeadamente atestados, confirmações, declarações, certidões, segundas vias ou quaisquer outros documentos análogos, os quais devem ser previamente requeridos ao Presidente da Junta de Freguesia de Balasar, com a indicação precisa do tipo de documento que é pretendido e qual o fim a que se destina.

2 – A fórmula para base de cálculo é a seguinte:

$$\text{TSA} = tme \times vh + ct/N$$

**TSA: Taxa Serviços Administrativos**

**tme:** tempo médio de execução (atendimento, registo e produção);

**vh:** valor hora normal do funcionário administrativo, tendo como base as remunerações auferidas e demais encargos inerentes à remuneração;

**ct:** custo total necessário estimado para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, reparações das máquinas, gasto com a electricidade, etc.), tendo como referência os outputs da contabilidade de 2009;

**N:** número de habitantes da Freguesia, tendo como base os Censos de 2001.

3 – Sendo que o tempo médio de execução, estimado é de 0,30 horas.

4 – Aos atestados para efeito de Idoneidade, aplica-se mais 65% à TSA calculada para os restantes atestados, tendo em conta o benefício auferido pelo particular.

5 – Para documentos não contemplados particularmente nos números anteriores, aplica-se a taxa calculada no número anterior.

6 - Por cada atestado, certidão ou outro, será fornecido ao requerente o formulário (gratuito) em uso nos serviços e que visa dar forma escrita ao pedido, mencionando nomeadamente o documento pretendido e qual a sua finalidade.

#### **Artigo 12.º**

##### **Certificação de Fotocópias**

1 – O Decreto-Lei nº 28/2000 de 13 de Março, atribuiu às Juntas de Freguesia competências para a conferência de fotocópias.

2 – Em concretização das faculdades previstas naquele diploma, é aposta ou inscrita no documento fotocopiado a declaração de conformidade com o original, o local e a data da realização do acto, o nome e a assinatura do autor da certificação, bem como o carimbo ou selo branco em uso na entidade que procede à certificação.

3 – As fotocópias conferidas nos termos do número anterior, têm o valor probatório dos originais.

4 – Conforme determina o artigo 2.º, do referido decreto-lei, as entidades fixam o preço que cobram pelos serviços de certificação que, constituindo sua receita própria, não pode exceder o preço resultante da tabela em vigor nos Cartórios Notariais.

5 - As taxas de certificação de fotocópias, a serem cobradas pela Junta de Freguesia de Balasar, têm por base os valores estabelecidos no Regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notariados, aplicando-se metade da taxa praticada.

#### **Artigo 13.º**

##### **Fornecimento de fotocópias**

1 - As taxas para fornecimento de fotocópias simples, a preto, a serem cobradas pela Junta de Freguesia de Balasar, têm por base a tabela de preços praticada pela Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim.

2 – Tratando-se de fotocópias simples, a preto, frente e verso, a taxa a cobrar é a de duas fotocópias.

#### **Artigo 14.º**

##### **Envio e Recepção de Faxes**

As taxas para envio e recepção de faxes, a serem cobradas pela Junta de Freguesia de Balasar, têm por base a tabela de preços das Estações de Correio que prestam este serviço (CORFAX), aplicando-se 65% da taxa praticada.

#### **Artigo 15.º**

##### **Limpeza de Fossas e Colectores**

A taxa paga pela limpeza de fossas e colectores, é cobrada por cada carga de cisterna e tem, como base, o valor que é cobrado pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim para a prestação desse serviço.

#### **Artigo 16.º**

##### **Espaços Desportivos e Outros**

1 - A taxa paga pela utilização do Parque Desportivo da Feira - Fontainhas, pelo Espaço Internet e pelo Salão da Junta de Freguesia, têm como base o critério do benefício auferido pelo utilizador.

2 - A taxa paga pela utilização do Parque Desportivo da Feira – Fontainhas, varia em função do número de utilizadores e do período do dia.

3 – Associações, Instituições da Freguesia, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, as escolas do Ensino Básico e os Jardins de Infância da Freguesia, não pagam qualquer taxa pelo uso do Parque Desportivo da Feira, nas Fontainhas.



**Artigo 17.º**

**Transportes**

1 - A taxa paga pelos Transportes Escolares dos alunos das Escolas do Ensino Básico da Freguesia, têm como base de cálculo a seguinte fórmula:

$$\text{TTE} = \text{ctm} / \text{lot}$$

**TTE: Taxa Transportes Escolares**

**ctm**: custo total mensal necessário estimado para a prestação do serviço (inclui os custos administrativos, necessários);

**lot**: lotação do meio de transporte.

2 - A taxa paga para outros transportes, pelas Associações e Instituições da Freguesia, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, será de 0,75€/km para além do raio de 14 Kms, tendo como ponto de partida e chegada, Balasar. Não se incluem nesse valor o custo do motorista e de eventuais portagens, que serão sempre suportadas por essas entidades.

**Artigo 18.º**

**Actualização de Valores**

1 - A actualização ordinária ou alteração das taxas previstas neste Regulamento será definida de acordo com a taxa de inflação, prevista pelo Governo, e as taxas serão **automaticamente** actualizadas, no primeiro dia útil do mês de Janeiro, salvo o mencionado no:

- A) Artigo 9.º em que as taxas serão actualizadas de acordo com o valor da taxa N de profilaxia médica que é actualizado, anualmente, por Despacho Conjunto;
- B) Artigo 12.º em que as taxas serão actualizadas conforme o Regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notários;
- C) Artigo 13.º em que as taxas serão actualizadas conforme a tabela praticada pela Biblioteca Municipal;
- D) Artigo 14.º em que as taxas serão actualizadas conforme a tabela de preços praticada pelas Estações de Correio;
- E) Artigo 15.º em que as taxas serão actualizadas conforme a tabela praticada pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

2 - A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a actualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste Regulamento, mediante fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.

**Artigo 19.º**

**O Valor das Taxas**

1 - O valor das taxas a liquidar, resultante da aplicação das fórmulas, quando expresso em cêntimos, deverá ser arredondado, por excesso ou por defeito, para a primeira casa decimal.

2 - O valor das taxas mencionadas neste Regulamento e a cobrar pela freguesia é a constante da Tabela de Taxas e Outras Receitas anexa.

**CAPITULO III  
(Fundamentação)**

**Artigo 20.º**

**Fundamentação Económico-Financeira**

O nº 1 do Artigo 4º da Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro, estabelece que o valor das taxas das autarquias locais não deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. O



nº 2 do mesmo preceito, adenda a estes critérios a possibilidade de serem fixadas taxas com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações.

Do exposto, ressaltam dois critérios gerais para a justificação das taxas praticadas:

- (i) Critério do custo; e
- (ii) Critério do benefício auferido pelo particular, podendo ainda serem aplicados critérios de desincentivo.

Considerando a maior objectividade do critério do custo, por assentar, em dados registados a partir da contabilidade, utiliza-se como primeiro critério justificativo o critério do custo da Actividade. De forma a estimar um custo de contrapartida, foi tipificado para cada item o tempo padrão de cada serviço, adstrito à Junta de Freguesia, e ainda o tempo padrão dos serviços em minutos. Com base nas remunerações auferidas e demais encargos inerentes à remuneração, por cada funcionário, em 2009, apurou-se a hora normal de cada categoria e ainda um tempo estimado para a execução de cada tarefa, e ainda o apuramento dos custos com consumíveis, reparações de máquinas, manutenções de software de aplicação, electricidade consumida, etc. Este custo foi apurado tendo em conta os outputs da contabilidade, referentes ao ano de 2009.

Quando determinada actividade tem custos associados reduzidos e é claro o benefício para o particular pela utilização do serviço em si, opta-se como critério justificativo o critério do benefício.

#### **CAPITULO IV**

##### **Liquidação**

##### **Artigo 21.º**

##### **Pagamento**

- 1 – A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.
- 2 – As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.
- 3 – Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efectuado antes ou no momento da prática de execução do acto ou serviço a que respeitem.
- 4 – Se vier a ser detectada a existência de erro na liquidação, por motivo imputável ao requerente, será promovida a liquidação adicional das taxas devidas, às quais acrescerão juros de mora, contados desde a data de emissão até à do efectivo pagamento, à taxa legalmente prevista para as dívidas às autarquias locais.
- 5 - O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.
- 6 - Com a liquidação das taxas e outras receitas, a Junta de freguesia assegurará ainda a liquidação e cobrança de impostos devidos ao Estado, nomeadamente Imposto de Selo, resultantes de imposição legal.

##### **Artigo 22.º**

##### **Renovação de Licenças**

- 1 – As licenças renováveis consideram-se emitidas nas condições em que foram concedidas as correspondentes licenças iniciais.
- 2 – Os pedidos de renovação de licenças com carácter periódico e regular, poderão ser formulados oralmente.

##### **Artigo 23.º**

##### **Prazos de pagamento para a renovação das Licenças**

- 1 – O pagamento das taxas devidas por licenças renováveis, deverá fazer-se nos seguintes prazos:
  - a) De canídeos e gatídeos: meses de Junho e Julho;

- b) De ocupação da via pública: anuais, de 1 de Fevereiro a 31 de Março e mensais nos primeiros 10 dias de cada mês.

2 – Decorridos os prazos fixados no número anterior, ao montante das taxas devidas acrescerão juros de mora, contados desde o último dia do prazo até ao do efectivo pagamento, à taxa legalmente prevista para as dívidas às autarquias locais.

#### **Artigo 24.º**

##### **Averbamentos de Licenças**

Os pedidos de averbamento devem ser apresentados no prazo de 30 dias, a contar da verificação dos factos que os justifiquem.

#### **Artigo 25.º**

##### **Pagamento em Prestações**

1 – Pode a Junta de Freguesia autorizar o pagamento em prestações, a requerimento devidamente fundamentado, desde que o valor a pagar não seja inferior a duas Unidades de Conta, nos termos da lei de processo tributário.

2 – O pedido para pagamento em prestações é formulado pelo interessado dentro do prazo para pagamento voluntário, devendo o requerimento conter as seguintes referências:

- a) Identificação do requerente;
- b) Natureza da dívida;
- c) Número de prestações pretendido;
- d) Motivos que fundamentam o pedido;
- e) Prestação de garantia idónea, quando exigível.

3 – O número de prestações não pode exceder as doze e o valor mínimo de cada uma não pode ser inferior a metade de uma Unidade de Conta.

4 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponde ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescentando ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.

5 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.

6 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

7 – Com o pedido deverá o requerente oferecer garantia idónea, susceptível de assegurar o pagamento da dívida, acrescida dos juros de mora.

8 – Nos casos em que o valor da taxa ou outra receita seja igual ou inferior a duas vezes a retribuição mínima mensal garantida, fica o requerente dispensado da constituição de garantia, desde que não tenha outros débitos por regularizar, seja qual for a sua natureza, para com a Junta de Freguesia de Balasar.

9 – Compete ao Presidente do executivo, com faculdade de delegação, autorizar o pagamento em prestações.

#### **Artigo 26.º**

##### **Imposto de Selo**

Às situações geradoras de taxas constantes da tabela, acresce imposto de selo que seja devido nos termos da lei.

#### **Artigo 27.º**

##### **Incumprimento**

1 – São devidos juros de mora pelo incumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.



7-7

2 – A taxa legal (Decreto-Lei nº 73/99 de 16 de Março) de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se fizer posteriormente. Será utilizada a seguinte fórmula para o cálculo de juros moratórios:

$$(\text{valor em dívida} \times \text{Taxa de Juro}) / 365 \times \text{total dos dias em mora}$$

Handwritten signature or mark.

3 – O não pagamento voluntário das dívidas é objecto de cobrança coerciva através do processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

4 – Haverá alteração à percentagem mencionada no número 2 sempre que for alterado o Decreto-Lei.

## **CAPITULO V**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 28.º**

##### **Caducidade**

1 – O direito de liquidar as taxas, caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

#### **Artigo 29.º**

##### **Prescrição**

1 – As divida por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

2 – A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.

3 – A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

#### **Artigo 30.º**

##### **Garantias**

1 – Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação.

2 – A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

3 – A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

4 – Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

5 – A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no nº 2.

## **CAPITULO VI**

### **Disposições Especiais**

#### **Artigo 31.º**

##### **Contra-Ordenações**

1 – As infracções ao disposto no presente Regulamento e respectiva tabela constitui contra-ordenação punível com coima a fixarem entre o mínimo, os montantes estabelecidos para as contra-ordenações previstas nos



Anexo  
Tabela de Taxas e Outras Receitas

Artigos	Incidência	Valor
<b>CAPITULO II</b>		
<b>TAXAS</b>		
<b>Artigo 7.º</b>	<b>OCUPAÇÃO DO DOMINIO PÚBLICO</b>	
	Pavilhões, quiosques e similares - por m2 e por mês:	9,15 €
	Construções ou instalações provisórias, por motivo de festejos ou outras celebrações ou para o exercício do comércio ou indústria – por m2:	
	2a) Por dia	0,71 €
	2b) Por semana	3,28 €
	2c) Por mês	10,88 €
	Postes e marcos – cada	15,64 €
	Esplanadas – por m2 e por mês	1,00 €
	Outras ocupações da via pública – por m2 e por mês	9,15 €
<b>Artigo 8.º</b>	<b>MERCADOS E FEIRAS</b>	
	Feira - por m2 (frente) e por mês	1,50 €
	Loja da Feira de Fontainhas (até 13 m2) – por ano	465,20 €
	Loja da Feira de Fontainhas (até 32 m2) – por ano	1.092,20 €
<b>Artigo 9.º</b>	<b>CANÍDEOS E GATÍDEOS</b>	
	Registo:	1,10 €
	Licenças:	
	a) De Cães:	
	Da Categoria A (Companhia)	4,40 €
	Da Categoria B (Fins económicos)	4,40 €
	Da Categoria E (Caça)	7,70 €
	Da Categoria G (Potencialmente Perigosos)	8,80 €
	Da Categoria H (Perigosos)	13,20 €
	Da Categoria C, D e F	Isentos
	b) De Gatos:	4,40 €
	OBS: De acordo com a tabela de I. de Selo, a estes valores acresce 20% de imposto de selo	
<b>Artigo 10.º</b>	<b>CEMITÉRIOS</b>	
	Concessão de Terreno:	
	a) Para sepultura perpétua:	
	a1) Cemitério antigo (2m x 1m)	151,10 €
	a2) Cemitério novo (2,5m x 1m)	202,70 €
	b) Para Jazigo Capela (até 3,50m x 3,50m)	2.497,60 €
	Obs. TAXAS sujeitas a Imposto de Selo nos termos da Lei.	
	Construção de fundações:	
	a) Uma sepultura	277,20 €
	b) Duas sepulturas	596,00 €

*[Handwritten signature]*

	Exumações – cada	148,00 €
	Diversos:	
	a) Averbamentos em alvarás - cada	11,20 €
	b) Segundas vias de alvarás - cada	15,20 €
	<b>SERVIÇOS DIVERSOS</b>	
<b>Artigo 11.º</b>	<b>SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:</b>	
	Documentos não contemplados particularmente nesta tabela - cada	3,30 €
	Declarações	2,00 €
	Buscas, aparecendo ou não o objecto - por cada ano de busca	2,60 €
	Atestados:	
	a) De residência	2,00 €
	b) De situação económica	2,00 €
	c) De prova de vida	2,00 €
	d) De prova de Vida Estrangeiros	2,00 €
	e) De Idoneidade	3,30 €
	Termos de Identidade, justificação administrativa e outros	2,00 €
<b>Artigo 12.º</b>	<b>Certificação de fotocópias:</b>	
	a) Por cada fotocópia, até 4 páginas, inclusive	8,40 €
	b) A partir da 5.ª página, por cada página a mais	1,10 €
<b>Artigo 13.º</b>	<b>Fornecimento de fotocópias simples, a preto:</b>	
	a) A4 – frente (cada)	0,10 €
	b) A4 – Frente e verso (cada)	0,20 €
	c) A3 – Frente (cada)	0,20 €
	d) A3 – Frente e verso (cada)	0,30 €
<b>Artigo 14.º</b>	<b>Envio/ Recepção de Faxes:</b>	
	<b>Envio de Fax:</b>	
	a) Nacional:	
	a1) 1.ª página	1,30 €
	a2) Páginas seguintes (cada)	0,80 €
	b) Internacional:	
	b1) 1.ª página	2,30 €
	b2) Páginas seguintes (cada)	1,50 €
	<b>Recepção de Fax (Nacional e Internacional):</b>	
	a) 1.ª página	0,80 €
	b) Páginas seguintes (cada)	0,40 €
<b>Artigo 15.º</b>	<b>LIMPEZA DE FOSSAS E COLECTORES – por cada carga de cisterna</b>	11,50 €
<b>Artigo 16.º</b>	<b>ESPAÇOS DESPORTIVOS E OUTROS</b>	
	<b>PARQUE DESPORTIVO DA FEIRA – FONTAÍNHAS:</b>	
	Equipas até 12 elementos, inclusive – de dia -----hora	10,00 €
	Equipas até 12 elementos, inclusive – de noite -----hora	15,00 €
	Equipas com mais de 12 elementos e menos de 24, inclusive – de dia -----hora	20,00 €
	Equipas com mais de 12 elementos e menos de 24, inclusive – de noite-----hora	30,00 €
	Associações e Instituições da Freguesia, escolas do Ensino Básico e Jardins de Infância da Freguesia	Grátis

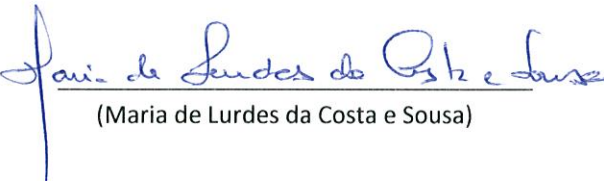
## ENCERRAMENTO

O presente Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas que se contém em 14 folhas, devidamente numeradas, foi aprovado em Reunião Ordinária da Junta de Freguesia de Balasar, realizada a 14 de Abril de 2010.

O Presidente,

  
(José Martins Loureiro Araújo)

A Secretária,

  
(Maria de Lurdes da Costa e Sousa)


O Tesoureiro,

  
(António Sá Silva Furtado)

## APROVAÇÃO PELO ORGÃO DELIBERATIVO

O Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças que antecede foi aprovado pela Assembleia de Freguesia por unanimidade, na sua sessão ordinária do dia 28 de Abril de 2010, pelo que foram todas as suas folhas rubricadas pelos seus membros que abaixo assinam o presente termo.

O Presidente,



O 1.º Secretário

O 2.º Secretário



